

Sumário

CAPÍTULO 1 ► Do Procedimento Relativo aos Processos da Competência do Tribunal do Júri

19

Introdução	19	Participação em automutilação	27
Origem histórica do Júri.....	19	(Lei 13.968/19)	29
O Júri no Brasil.....	20	Genocídio	30
O Júri de ontem	20	Crimes contra a economia popular e Lei de	31
O Júri de hoje	21	Imprensa.....	32
Princípios constitucionais que regem		Exceções.....	34
o Júri	22	Lei n. 13.491/2017 – A ampliação da	32
Plenitude da defesa.....	22	competência da Justiça Militar e demais	34
Sigilo das votações.....	23	consequências	34
Soberania dos veredictos	25	Competência da Justiça Militar da União	34
Soberania dos veredictos e o sistema do		para crimes dolosos contra a vida	34
juiz das garantias	25	Competência da Justiça Militar dos Estados	34
Mitigação ao princípio da soberania.....	26	para crimes dolosos contra a vida	35
Competência mínima	27	<i>Ratio legis</i>	35

CAPÍTULO 2 ► Da Acusação e da Instrução Preliminar

37

Arts. 406 a 412

Introdução	37	Inexistência de restrição quanto à condição	49
Procedimento bifásico	37	da pessoa.....	50
Sistema trifásico?.....	37	Impedimentos.....	50
Citação	38	Obrigações de depor.....	51
Citação por meio eletrônico.....	38	Ressalvas	51
Número de testemunhas.....	39	Exceções. Pessoas não obrigadas a depor....	51
Projeto original (PL nº 4.203/01)	39	Impedidos.....	52
Inovações do Projeto de Lei nº 4.203/01 que		Função.....	52
não foram recepcionadas na redação final da		Ministério	52
reforma de 2008	40	Ofício	52
Prova documental	42	Profissão.....	52
Justificações	42	Advogado.....	53
Exceções.....	43	Parlamentar	53
Resposta do acusado	44	Médico	53
Prazo para oitiva de testemunhas.....	44	Jornalista.....	53
Audiência una	44	Psicólogo.....	53
Ofendido. Conceito	44	Generalidades	54
Natureza jurídica	45	Liberção pela parte interessada.....	54
Valor probatório	45	Criminalização da conduta	54
Contraditório nas declarações do ofendido ...	46	Abuso de Autoridade	54
Prova testemunhal. Conceito	47	Sistema de garantia de direitos da criança	54
Valor probatório	47	e do adolescente vítima ou testemunha de	54
Classificação	48	violência.....	54
Características da prova testemunhal	48		

Requisição, pelo Delegado, de ação cautelar de antecipação de produção de provas	57	Aditamento da queixa pelo Ministério Público	81
Reconhecimento. Definição	60	Prazo para o aditamento.....	82
Valor probatório	61	Negativa do promotor em aditar a denúncia....	82
Reconhecimento pessoal ou fotográfico e inobservância do art. 226 do CPP.....	61	Nova redação do art. 28 do CPP.....	82
Outros meios de reconhecimento	64	Aditamento.....	82
Reconhecimento em plenário do Júri.....	64	A <i>mutatio libelli</i> não vincula o juiz na sentença	83
Reconhecimento de coisas	65	Rejeição do aditamento	83
Acareação. Definição.....	65	Debates em audiência	87
Pressupostos.....	65	Princípio da oralidade.....	87
Valor probatório	66	Memoriais. Ressalva.....	87
Esclarecimentos dos peritos.....	77	Não adiamento do ato como regra geral	89
Audiência.....	78	Testemunha que comparece.....	89
Indeferimento de provas	78	Autos conclusos para sentença	89
<i>Mutatio libelli</i>	79	Prazo para encerramento desta fase do processo	90
O aditamento é necessário qualquer que seja a pena imposta ao novo delito cogitado na <i>mutatio libelli</i>	80	A extinção do libelo	91
Elemento ou circunstância da infração penal	81	Críticas.....	91
		Pontos positivos.....	92

CAPÍTULO 3 ► Da Pronúncia, da Impronúncia e da Absolvição Sumária 95

Arts. 413 a 421

Pronúncia	95	Impronúncia.....	114
Existência do crime	95	Novas provas	114
Dolo eventual e qualificadoras do homicídio.....	96	Críticas à impronúncia	115
Indícios de autoria.....	96	Nossa posição.....	116
O <i>in dubio pro societate</i> no rito especial do júri.....	97	Impronúncia e crimes conexos	117
Pronúncia fundada exclusivamente em elementos informativos obtidos na fase inquisitorial	100	Juiz das garantias no tribunal do júri.....	118
Teor da sentença de pronúncia	104	Ministério Público e recurso contra impronúncia.....	118
Nulidade decorrente do excesso de linguagem.....	104	Despronúncia	118
Desentranhamento dos autos	105	Despronúncia após condenação definitiva.....	118
Necessidade de fundamentação.....	105	Absolvição sumária. Introdução	119
Dispositivo legal	105	Decisão de mérito.....	119
Exclusão de qualificadoras	105	Distinção entre impronúncia e a absolvição sumária	119
Qualificadoras	106	Cabimento	120
Causa de diminuição de pena.....	106	Excepcionalidade da absolvição sumária	121
Concurso de crimes	106	Constitucionalidade	121
Crimes conexos	106	Inimputabilidade	122
Recurso contra a pronúncia	107	Semi-imputabilidade.....	123
Legitimidade	107	Absolvição sumária e crimes conexos	123
Assistente e legitimidade para o recurso	107	Apelação	125
Fiança.....	111	Extinção do chamado recurso obrigatório contra a sentença de absolvição sumária.....	126
Prisão decorrente da pronúncia	112	Legitimidade para a apelação contra a sentença de impronúncia	127
Inovação trazida com a reforma do júri de 2008	112	Legitimidade para a apelação contra a sentença de absolvição sumária.....	128
		Réu.....	128

Assistente.....	128	Legitimidade para o recurso. Acusação.....	136
Pessoas não incluídas na denúncia.....	129	Assistente	136
Ressalva.....	130	Intimação da pronúncia	138
Recusa quanto ao aditamento.....	130	Sistema anterior.....	138
<i>Emendatio libelli</i>	130	Sistema atual.....	138
Momento de aplicação da <i>emendatio libelli</i> ...	131	<i>Nemo tenetur se detegere</i>	138
Aplicação do princípio em grau de recurso...	131	Prazo do edital	139
Desclassificação. Definição	134	Preclusão da decisão de pronúncia	141
Juiz que recebe o feito	135	Circunstância superveniente.....	141
Recurso cabível contra a desclassificação.....	135	Decisão.....	142

CAPÍTULO 4 ► Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário 143

Arts. 422 a 424

Rol de testemunhas	143	Juntada de documentos e requerimento de diligências.....	146
Testemunha criança ou adolescente.....	143	Ordenamento do processo	147
Assistente de acusação	144	Relatório	148
Cláusula de imprescindibilidade	145	Processo preparado	148
Número de testemunhas em plenário.....	145		
Vítima.....	146		

CAPÍTULO 5 ► Do Alistamento dos Jurados 149

Arts. 425 e 426

Sorteio e convocação dos jurados	149	Urna fechada	152
Número de jurados.....	149	Jurado profissional	152
Seleção dos jurados	150	Lista de jurados.....	153
Critério na seleção dos jurados.....	150		

CAPÍTULO 6 ► Do Desaforamento 155

Arts. 427 e 428

Introdução	155	Inadmissibilidade do pedido	166
Conceito.....	155	Trata-se de medida judicial	166
Críticas	155	Atraso na realização do julgamento.....	167
Quando é necessário	156	Revisão da necessidade da prisão provisória ...	167
Requisitos	156	Demora acarretada pela defesa.....	168
Interesse da ordem pública	156	Pedido do réu	169
Dúvida sobre a imparcialidade dos jurados ...	157	Cautela	169
Dúvida sobre a segurança pessoal do acusado	158	<i>Numerus clausus</i>	169
Deslocamento da competência.....	158	Desaforamento, crimes conexos e concurso de agentes	169
Processamento	162	Alcance.....	170
Órgão julgador do pedido.....	163	<i>Habeas corpus</i> e desaforamento.....	170
Oitiva do Ministério Público em 2º grau	164	Desaforamento e posterior execução da pena.....	170
Efeito suspensivo	164	Reaforamento.....	170
Manifestação do juiz e das partes.....	165		

CAPÍTULO 7 ► Da Organização da Pauta 173

Arts. 429 a 431

Ordem do julgamento.....	173	Publicação da pauta	174
Exceções.....	173	Assistente e advogado	174

Função do assistente.....	174	Irrecorribilidade	176
Habilitação do assistente	175	Prazo para recorrer.....	176
Admissão do assistente	176	Intimações	180
Oitiva do Ministério Público	176		

CAPÍTULO 8 ▶ Do Sorteio e da Convocação dos Jurados 181

Arts. 432 a 435

Sorteio.....	181	Convocação	182
--------------	-----	------------------	-----

CAPÍTULO 9 ▶ Da Função do Jurado 183

Arts. 436 a 446

Jurado.....	183	Ainda perduraria a prisão especial para o jurado?	192
Requisitos objetivos.....	184	A presunção de idoneidade moral	193
Isenção do maior de 70 anos.....	184	Prisão especial.....	193
Idade mínima.....	184	Preferência em licitações, em concursos públicos e na promoção ou remoção funcional.....	194
Requisitos subjetivos.....	185	Obrigações.....	195
Vedação à discriminação	186	Falta sem justificação e multa	196
Jurado analfabeto.....	186	Comunicação quanto à falta	196
Recusa imotivada.....	188	Decisão quanto à dispensa do jurado	196
Hipóteses de isenção	189	Suplentes.....	197
Obrigatoriedade.....	190		
Convicção religiosa, filosófica ou política	190		
Escusa de consciência	190		
Privilégios do jurado.....	191		

CAPÍTULO 10 ▶ Da Composição do Tribunal do Júri e da Formação do Conselho de Sentença 199

Arts. 447 a 452

Suspeição ou impedimento	199	Processo por fato análogo	205
Especificidades do Júri	199	Quando ele ou parente promova ou responda processo que tenha que ser julgado por qualquer das partes	205
Impedimento do juiz aplicável ao jurado.....	200	Aconselhamento de qualquer das partes.....	205
Causas de impedimento do juiz	200	Credor, devedor, tutor e curador.....	206
Rol taxativo.....	200	Sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.....	206
Causas de impedimento do juiz (aplicáveis ao jurado)	200	Foro íntimo	206
Cônjuge.....	201	Comunicação a órgão superior.....	207
Parentesco por consanguinidade.....	201	Juízos coletivos e incompatibilidades	207
Parentesco por afinidade	201	Impedimentos.....	212
Linha reta.....	201	Casuística.....	213
Linha colateral	201	Manifestação espontânea do jurado ou provocada pela parte.....	213
Grau de parentesco	201	Influência do voto do jurado impedido ou suspeito	214
Síntese	201	Participação em segundo julgamento.....	214
Juiz como testemunha.....	201	Ordem de manifestação de suspeição ou impedimento.....	215
Juiz que atuou no feito anteriormente	202	Quorum mínimo.....	215
Entrevista à imprensa.....	203	Outro Júri no mesmo dia	215
Parte ou interessado no feito.....	204		
Causas de suspeição do juiz (aplicáveis ao jurado)	204		
Amizade íntima	204		
Inimizade capital	205		

CAPÍTULO 11 ► Da Reunião e das Sessões do Tribunal do Júri

217

Arts. 453 a 472

Reunião e sessões.....	217	<i>Quorum</i> mínimo.....	229
Isenção e dispensa	217	Mínimo de 15 jurados.....	229
Pedido de adiamento formulado pelas partes.....	218	Esclarecimento sobre impedimento, suspeição e incompatibilidade.....	230
Ausência do Ministério Público	218	Incomunicabilidade	231
Ausência do advogado.....	220	<i>Ratio legis</i>	231
Ausência do réu solto.....	221	Razoabilidade na interpretação do conceito de incomunicabilidade.....	231
Ausência do assistente	222	Sorteio dos jurados e recusas.....	233
Ausência do advogado do querelante.....	222	Recusas motivadas	233
Ausência do réu preso.....	223	Recusas imotivadas ou peremptórias.....	233
Condução coercitiva do acusado.....	224	Críticas à recusa peremptória	234
Desobediência.....	226	Posição favorável à recusa peremptória.....	234
Proibição de desconto.....	226	Assistente de acusação	235
Separação das testemunhas.....	226	Recusas em caso de mais de um réu.....	236
Ausência da testemunha.....	227	Desacolhimento da recusa	237
Precatória.....	227	Estouro da urna	237
Abertura do julgamento	228	Compromisso do jurado.....	237
Pregão	228		

CAPÍTULO 12 ► Da Instrução em Plenário

239

Arts. 473 a 475

Oitiva da vítima e de testemunhas	239	Destinatários da prova	246
<i>Cross-examination</i>	239	Perguntas dos jurados	247
Filtro pelo juiz	240	Imprescindibilidade	247
Sistema tradicional.....	240	Interrogatório e as alterações trazidas pela Lei nº 10.792/03	248
Perguntas dos jurados.....	240	Contraditório no interrogatório?	249
Falso testemunho em plenário	241	Ordem de perguntas	250
Retratação.....	242	Uso de algemas	251
Acareação.....	242	Regulamentação do tema	252
Reconhecimento.....	243	Influência do uso de algemas para o jurado	253
Esclarecimentos do perito	243	Textos internacionais	253
Leitura de peças	243	Fixação de um critério mais objetivo.....	254
Sistema anterior	243	Réu solto	254
Sistema atual.....	244	Réu preso	254
Carta precatória	244	Conclusão	255
Prova cautelar.....	244	Revitimização e violência institucional	256
Prova antecipada.....	244	Registro dos atos probatórios.....	259
Prova não repetível.....	244		
Interrogatório.....	246		

CAPÍTULO 13 ► Dos Debates

261

Arts. 476 a 481

Ordem das falas	261	Posição ocupada pelo Promotor de Justiça em plenário.....	266
Manifestação da acusação	261	Reinquirição de testemunhas.....	269
Pedido de absolvição.....	261	Réplica e tréplica.....	270
Queixa-crime	263	Tréplica sem réplica.....	270
Manifestação da defesa	263	Inovação na tréplica	271
Acordo entre as partes	265		

Argumentação a favor da possibilidade de inovação.....	271	A exibição proibida, sem a prévia comunicação da parte contrária, é do documento que	
Nosso posicionamento contra a possibilidade de inovação.....	272	garde pertinência com a causa	285
Conclusão.....	275	Ciência à parte adversa.....	285
<i>Ratio legis</i>	277	Nulidade relativa.....	286
Menção à pronúncia.....	277	Prova documental. Introdução.....	286
Menção ao uso de algemas.....	277	Conceito de documento	286
Menção ao silêncio do réu	278	Classificação	287
Críticas.....	278	Valor probatório	287
Padrão de discurso	278	Casuística.....	287
Argumento de autoridade	279	Indicação da folha dos autos referida no discurso.....	291
<i>Numerus clausus</i>	279	Recolhimento dos jurados à sala secreta.....	291
Constitucionalidade do dispositivo	280	Acesso aos autos	293
Exibição e leitura de documentos em plenário.....	284	Dissolução do Conselho de Sentença	293
Leitura de doutrina e jurisprudência	285	Prova pericial	295

CAPÍTULO 14 ▶ Do Questionário e sua Votação

297

Arts. 482 a 491

Quesitação	297	De quem é a competência para o sumário da culpa no feminicídio?.....	316
Ordem de quesitação	299	Quesitação do crime de feminicídio.....	316
Desclassificação	301	Absolvição por clemência e julgamento	
Tentativa	301	contrário à prova dos autos.....	322
Divergência sobre a tipificação do delito.....	301	Não cabimento da clemência.....	323
Formulação do quesito	302	Leitura dos quesitos.....	325
Pluralidade de teses defensivas.....	302	Encaminhamento à sala especial.....	326
Tese negativa de autoria.....	305	Votação	327
Não apreciação do excesso culposo	306	Recolhimento dos votos	328
Inimputabilidade.....	307	Maioria.....	328
Dolo eventual e qualificadoras do homicídio.....	309	Contradição nas respostas.....	329
Feminicídio	309	Termo	331

CAPÍTULO 15 ▶ Da Sentença

333

Arts. 492 e 493

Sentença no júri.....	333	As agravantes incidem em todos os crimes? ...	344
Fixação da pena privativa de liberdade	336	Das atenuantes	345
Primeira fase de aplicação da pena	339	As atenuantes sempre reduzem a pena?.....	345
Concurso entre circunstâncias judiciais favoráveis e desfavoráveis	340	As atenuantes incidem em todos os crimes? ...	346
Segunda fase de aplicação da pena.....	342	Terceira fase de aplicação da pena.....	347
Concurso entre circunstâncias agravantes e atenuantes.	343	Concurso (homogêneo) de causas de aumento	348
Agravante não articulada na denúncia pode ser reconhecida?	343	Concurso (homogêneo) de causas de diminuição.....	349
Ordem de preponderância no concurso de agravantes e atenuantes	343	Regime inicial de cumprimento de pena	350
Das agravantes	344	Regime fechado	350
As agravantes sempre agravam a pena?.....	344	Regime semiaberto.....	351
		Regime aberto	351
		Crítérios para fixação do regime	352

Pena de reclusão	352	E se o produto ou proveito do crime não for encontrado ou estiver localizado no exterior?	364
Regime fechado	352	Efeitos extrapenais específicos	364
Regime semiaberto.....	352	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	364
Regime aberto	352	Efeitos administrativos da condenação.....	364
Leis especiais	353	Efeitos políticos da condenação.....	365
Pena de detenção	353	Incapacidade para o exercício do pátrio poder (poder familiar), tutela ou curatela	368
Regime de cumprimento de pena do índio.....	353	A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso	369
Regime especial para o cumprimento de pena pela mulher.....	354	Soltura imediata do réu	369
Fixação do regime inicial de cumprimento da pena e detração.....	354	Revogação das medidas restritivas.....	370
Reparação do dano.....	355	Sentença absolutória imprópria.....	371
Fixação da reparação decorrente do dano (art. 387 do CPP).....	356	Outras consequências.....	372
Valor mínimo.....	356	Isenção de custas	372
Execução imediata da pena no júri.....	359	Devolução da fiança.....	372
Execução imediata da pena no júri e o crime conexo.....	359	Desclassificação	372
O alcance do princípio da soberania do Júri e a apelação	359	Desclassificação própria.....	372
O alcance do princípio da soberania do Júri e a revisão criminal	360	Desclassificação imprópria	372
Efeitos penais da condenação.....	363	Crimes de menor potencial ofensivo	373
Efeitos extrapenais genéricos	363	Suspensão condicional do processo.....	374
Confisco dos instrumentos e produtos do crime	363	Crimes conexos.....	375
		Leitura da sentença.....	376
		Intimação quando o réu esteve ausente do plenário.....	376
CAPÍTULO 16 ► Da Ata dos Trabalhos			379

Art. 494 a 496

Ata da sessão de julgamento	379	Rol exemplificativo	381
Conteúdo	380	Prazo e sanções	382
Presunção de veracidade	380		

CAPÍTULO 17 ► Das Atribuições do Presidente do Tribunal do Júri 383**Art. 497**

Atribuições do Juiz. Introdução	383	Funções processuais	385
Funções de polícia	383	Poder de polícia	387
Menores no julgamento	384	Função decisória.....	387
Funções processuais	384	Apertes.....	387
Funções decisórias.....	384		

CAPÍTULO 18 ► Apelação Contra Decisões do Júri 389**Art. 593**

Introdução	389	Sentença do juiz contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados	392
Fundamentação vinculada	390	Erro ou injustiça na aplicação da pena	392
Hipóteses de cabimento.....	391	Decisão manifestamente contrária à prova dos autos	393
Nulidade posterior à pronúncia	391		

Alcance da decisão	394	Novo júri apenas uma vez mais	401
<i>Reformatio in pejus</i>	394	Apelação pelo Ministério Público	402
<i>Reformatio in pejus</i> indireta no júri	395	Motivo	402
Correção da pena	400		

CAPÍTULO 19 ► Revisão Criminal Contra Decisões do Júri 405

Revisão criminal	405	Revisão criminal contra decisões do júri	415
Introdução	405	Efeitos da sentença	415
Conceito	406	Modificação da pena	416
Natureza Jurídica	406	Nulidade do processo e <i>non reformatio in pejus</i>	416
Revisão criminal <i>pro societate</i>	407	Reestabelecimento dos direitos	417
Cabimento	408	Medida de segurança	417
Hipóteses de admissibilidade	409	Efeito extensivo	417
Legitimidade	412		
Legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de Revisão Criminal	413		

Anexo ► Modelos dos quesitos 429

1. Questionário simples: art. 121, “caput”, c.c. o art. 14, inc. II, ambos do CP	429	8. Questionário em série (mais de um crime): art. 121, § 2º, incs. III e V, e art. 213, ambos do CP	439
2. Questionário simples: art. 121, § 2º, inc. II, do CP	430	9. Questionário simples: art. 121, § 2º, inc. III, do CP + semi-imputabilidade....	441
3. Questionário simples: art. 121, § 2º, inc. IV, c.c. o art. 121, § 4º, ambos do CP	431	10. Questionário simples: art. 121, § 2º, II, c.c. o art. 14, inc. II (tentativa branca), ambos do CP	442
4. Questionário simples: art. 121, §§ 1º e 2º, inc. IV, do CP	432	11. Questionário simples: art. 121, “caput”, do CP (com tese de desclassificação para crime culposos)	443
5. Questionário em série (mais de um réu): art. 121, § 2º, incs. II e IV, do CP	433	12. Questionário simples: art. 122 do CP	444
6. Questionário em série (mais de um crime): art. 121, § 2º, incs. I e IV, e art. 250, § 1º, incs. I e II, “a”, ambos do CP	435	13. Questionário simples: art. 123 do CP	445
7. Questionário em série (mais de um crime): art. 121, § 2º, incs. I e IV, do CP + falso testemunho ocorrido em plenário	437		